

ENTREVISTA DA SEMANA

ANANIAS FILHO- PRESIDENTE DO PL-MT | ANANIAS FILHO AFIRMA QUE PARLAMENTAR “NÃO PODE PERMANECER NO PARTIDO” SE CULPA FOR CONFIRMADA



VICTOR OSTETI

PÁGINA 03

ARTIGO
O risco silencioso de uma cidade que não acompanha seu tempo

MAIS NA PÁGINA 2



ARTICULAÇÃO POLÍTICA |

Grupo do governo negocia apoio do PL e possível mudança na disputa ao governo de Mato Grosso

Bastidores apontam discussão sobre retirada de candidatura e formação de chapa competitiva.



A pouco mais de dois anos das eleições de 2026, os bastidores da política em Mato Grosso já registram movimentos intensos de articulação e reposicionamento de forças. Um encontro realizado, em Cuiabá, exemplifica esse cenário. A reunião reuniu o governador em exercício Otaviano Pivetta (Republicanos), o ex-governador Mauro Mendes (União Brasil) e o presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, e teve como pano de fundo a tentativa de aproximação entre o grupo que hoje ocupa o comando do Estado e lideranças ligadas ao bolsonarismo. Pág. 7

“NÃO PODEMOS APROVAR”

Vereadora Maysa Leão cobra mais debate sobre mudanças em escala de servidores e empréstimos

Parlamentar faz críticas à gestão municipal e estadual e pede mais responsabilidade na aprovação de projetos



PÁGINA 05

INCENTIVO AO ESPORTE

Com apoio do Governo, tenista de MT disputa torneios na Europa e se prepara para Roland Garros



Atleta de 17 anos disputará torneios na Alemanha, Itália e Bélgica antes de competir em Roland Garros Júnior.

PÁGINA 04

VOTAÇÃO HISTÓRICA

Rejeição de indicado de Lula ao STF gera reações opostas entre senadores de Mato Grosso

Episódio marca primeira rejeição em mais de um século e amplia tensão entre Executivo e Legislativo.

A rejeição do nome do advogado-geral da União Jorge Messias para o Supremo Tribunal Federal expôs um cenário de tensão política e revelou, de forma clara, o grau de divisão dentro do próprio Congresso Nacional. Pág. 06

RC | ADVOGADOS E ASSOCIADOS

☎ 65 8101-5777

SÃO MAIS DE
30.000 MIL EXEMPLARES
ENTREGUES GRATUITAMENTE



É O JORNAL CENTRO OESTE POPULAR NAS RUAS.

ARTIGO

O risco silencioso de uma cidade que não acompanha seu tempo

Cuiabá está sendo pensada para o futuro ou está apenas reagindo ao presente? O varejo pode ser o melhor termômetro para responder isso. Cuiabá não tem muito tempo para decidir o que quer ser. A cidade cresce, o calor aumenta, o trânsito trava e o comportamento das pessoas muda em uma velocidade em que o planejamento urbano ainda não conseguiu acompanhar. A pergunta incômoda é simples: Cuiabá está sendo pensada para o futuro ou está apenas reagindo ao presente?

O varejo, muitas vezes visto como uma atividade econômica que reflete a dinâmica da cidade, pode ser o melhor termômetro para responder isso. Afinal, ele está colado no cotidiano. Sente primeiro as mudanças de comportamento, antecipa desejos e escancara frustrações. E o diagnóstico é direto: o consumidor do futuro não vai se adaptar à cidade - vai abandoná-la. Esse consumidor já dá

sinais claros. É digital, imediatista, orientado por dados, consciente ambiental e socialmente, e cada vez menos tolerante a experiências ruins. Tempo virou ativo de luxo. Conveniência deixou de ser diferencial - virou obrigação. E experiência, antes um bônus, agora é critério de sobrevivência.

O problema? Cuiabá ainda funciona como uma cidade analógica. Dependente do carro, espalhada, pouco integrada digitalmente e, sobretudo, quente - extremamente quente. O calor não é apenas desconfortável, mas um elemento que reduz a circulação de pessoas, que se afastam das ruas esvaziando o comércio físico. Ignorar isso como "característica local" é um erro estratégico. Em cidades como Cuiabá, conforto térmico não é paisagismo: é infraestrutura. Mas há uma vantagem rara: ainda há espaço para fazer certo. Diferente de grandes metrópoles que vivem corrigindo erros históricos, Cuiabá pode



escolher um caminho mais inteligente desde já. Isso passa, inevitavelmente,

por um conceito que parece simples, mas é revolucionário na prática: a cidade de

proximidade. Uma cidade onde morar, trabalhar e consumir não exigem longos deslocamentos. Onde o cotidiano se resolve em até 15 minutos. Onde bairros deixam de ser dormitórios e passam a ser centros de vida.

Isso muda tudo. Reduz trânsito, fortalece o comércio local, melhora a qualidade de vida e cria uma cidade mais viva. Mas exige coragem: revisão de zoneamento, incentivo a bairros multifuncionais e uma nova lógica de planejamento urbano.

Outro ponto crítico é a infraestrutura digital. Não basta expandir a cidade fisicamente. É preciso conectá-la e capacitar pessoas para usar essa conexão. Sem inclusão digital real, qualquer avanço tecnológico vira apenas vitrine.

Por fim, há o fator mais negligenciado: gente. A cidade do futuro não será construída apenas

com tecnologia, mas com pessoas preparadas para operá-la. Sem qualificação alinhada à demanda real, sem produtividade e sem inclusão, não há inovação que se sustente.

Cuiabá tem diante de si a urgência de escolher se pretende continuar crescendo de forma desordenada ou se tornar referência entre as cidades de porte médio do Brasil. Não é uma questão técnica, mas uma decisão política, econômica e cultural.

Porque, no fim das contas, a lógica é implacável: cidades que não acompanham as pessoas deixam de ser relevantes. E relevância, no mundo de hoje, não é garantida: é conquistada dia a dia.

Daniel Matos é vice-presidente de Inteligência de Mercado no Grupo Matos e diretor na CDL Cuiabá.

EDITORIAL

Mais que voto: o significado do título de eleitor na vida do brasileiro

O título de eleitor é mais do que um documento exigido para votar. Ele representa a porta de entrada para o exercício de um direito fundamental em qualquer democracia: a participação nas decisões políticas do país. Ainda assim, milhões de brasileiros deixam de tirar ou regularizar o documento, o que resulta em um afastamento silencioso da vida pública e enfraquece a própria ideia de cidadania.

Em um cenário em que as decisões políticas impactam diretamente a vida cotidiana, da educação à saúde, do transporte à segurança, não participar do processo eleitoral significa abrir mão de influenciar rumos importantes. O voto é uma das formas mais diretas de participação popular no sistema democrático, e o título de eleitor é o instrumento que garante esse acesso. Sem ele, o cidadão simplesmente não existe no momento mais decisivo da política: a escolha de seus representantes.

Além disso, a ausência do título de eleitor pode trazer consequências práticas. O documento é necessário não apenas para votar, mas também para uma série de atividades civis, como assumir cargos públicos, obter passaporte



em alguns casos, regularizar situação em concursos e até comprovar quitação eleitoral. Ou seja, trata-se de uma condição básica de regularidade com a Justiça Eleitoral, que vai além da urna eletrônica.

Outro ponto importante é o impacto coletivo da falta de participação. Quando parte significativa da população deixa de votar, abre-se espaço para distorções na representatividade. Isso significa que decisões que afetam milhões podem ser tomadas com base em uma parcela reduzida da sociedade, o que enfraquece a legitimidade dos eleitos e reduz a diversidade de vozes no debate público. Em uma democracia, quanto menor a participação, maior o risco de desconexão entre governo e sociedade.

É importante também destacar que o processo para tirar o título de eleitor é simples, rápido e, na maioria dos casos, pode ser feito de forma digital. A Justiça Eleitoral tem buscado facilitar o acesso ao serviço, especialmente para jovens que estão prestes a votar pela primeira vez. Ainda assim, o desafio não é apenas burocrático, mas também de conscientização. Muitos jovens e adultos não percebem a importância simbólica e prática desse primeiro passo.

Ao tirar o título de eleitor, o cidadão não apenas se habilita a votar, mas assume um compromisso com a vida pública do país. É um gesto que ultrapassa o ato individual e se conecta com a construção coletiva da sociedade. Cada voto compõe o resultado final e

ajuda a definir prioridades, caminhos e políticas públicas.

Por isso, estimular a regularização eleitoral e o alistamento de novos eleitores deve ser visto como uma tarefa permanente de educação cívica. Escolas, famílias e instituições públicas têm papel essencial nesse processo, reforçando a ideia de que política não é algo distante, mas parte do cotidiano de todos.

Em tempos de desconfiança e polarização, fortalecer a participação democrática é ainda mais necessário. Tirar o título de eleitor não resolve todos os problemas do país, mas é um primeiro passo concreto para quem deseja deixar de ser apenas espectador e passar a ser parte ativa das decisões que moldam o presente e o futuro.

EXPEDIENTE

CENTRO OESTE
Popular

DIRETOR

MAYKON MILAS

PAUTA

REDACAO.COPOPULAR@GMAIL.COM

ADM.COPOPULAR1@GMAIL.COM

DEPTO. COMERCIAL

(65) 3052-8030 OU 3052-8031

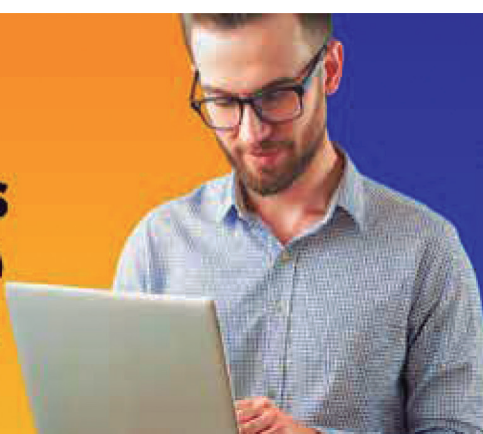
CIRCULAÇÃO

CUIABÁ, VÁRZEA GRANDE E BAIXADA

28
ANOS

OS ARTIGOS DE OPINIÃO ASSINADOS POR COLABORADORES E/OU ARTICULADORES SÃO DE RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DE SEUS AUTORES. NÃO REPRESENTAM ASSIM A OPINIÃO DO JORNAL.

CUIABÁ MT - CEP: 78.048-467 | RUA 1, N° 105, EDIFÍCIO ELDORADO HILL OFFICE, SALA 24 - ALVORADA

UM MILHÃO/MÊS
DE ACESSOSCENTRO OESTE
Popular
ANOS

WWW.COPOPULAR.COM.BR

ANANIAS FILHO - PRESIDENTE DO PL-MT

LUCAS LEITE

Ananias Filho afirma que parlamentar “não pode permanecer no partido” se culpa for confirmada

VICTOR OSTETTI



O presidente do Partido Liberal (PL) em Mato Grosso, Ananias Filho, concedeu entrevista ao portal COPopular em um momento de intensa movimentação política no estado, marcado por debates sobre o plano diretor de Cuiabá, articulações para as eleições e discussões internas envolvendo filiações partidárias e disputas locais.

Durante a conversa, o dirigente partidário comentou uma série de temas que vão desde a política urbana da capital até questões eleitorais e administrativas envolvendo parlamentares e gestões municipais. Ananias Filho defendeu a condução simultânea de projetos estratégicos da Prefeitura, explicou o posicionamento do partido em relação a críticas internas e tratou de decisões recentes envolvendo processos disciplinares e cenários eleitorais.

Entre os principais pontos abordados, o presidente do PL destacou a importância da articulação entre planejamento urbano e execução de obras, negou problemas de transparência em ações da gestão municipal e reforçou que decisões administrativas e políticas seguem critérios técnicos e institucionais.

A entrevista também tratou de temas sensíveis do cenário político, como disputas internas na legenda, o impacto de filiações partidárias na formação de chapas eleitorais e a situação de parlamentares investigados ou afastados. Em todos os temas, o dirigente defendeu a necessidade de cumprimento de ritos legais, diálogo institucional e respeito às instâncias partidárias e legislativas.

COPopular - Presidente, considerando que a Prefeitura está atualmente em discussão com o plano diretor, não seria mais viável aguardar a aprovação desse plano para só então debater o empréstimo, já que ele também prevê investimentos, jogos e uma nova modelagem para a cidade?

Ananias Filho - São coisas distintas. O plano diretor é diferente do empréstimo. Se seguíssemos essa lógica de fazer tudo em etapas separadas, praticamente não teríamos recursos neste ano.

Porque, se ainda precisássemos de mais dois meses e fizéssemos tudo como foi sugerido, primeiro trabalharíamos o plano diretor, depois iríamos buscar a instituição financeira para obter o crédito, em seguida levaríamos o projeto à Câmara, e o ano já teria terminado.

Não. Nós estamos conduzindo as duas decisões de forma simultânea: discutir o plano diretor e também a contratação do empréstimo. Isso porque ainda haverá todo um processo burocrático, como licitação, definição do modelo e da forma de execução das obras.

Com isso, poderemos garantir recursos e a efetiva realização dos serviços, inclusive com possibilidade de uso de maquinário próprio em parte das obras, o que pode melhorar o rendimento da pavimentação.

Portanto, não há contradição. É uma estratégia de andamento conjunto. Se esperássemos tudo separado, o ano acabaria e não teríamos o empréstimo aprovado.

COPopular - O Prefeito, na semana passada o senhor comentou sobre a possibilidade de ampliar o número de bairros contemplados, passando de nove para cerca de quinze, dezesseis ou até dezoito. Mas o fato de ainda não haver um anúncio oficial sobre isso não pode gerar a percepção de falta de trans-

parência ou de clareza sobre o uso dos recursos e os locais onde serão feitos os investimentos?

Ananias Filho - Não há questão de transparência. A transparência acontece na hora de uma licitação bem feita, de um projeto bem elaborado para aplicação desses recursos e, principalmente, quando os bairros que serão contemplados são definidos e as obras são efetivamente executadas. Isso é transparência.

O dinheiro em si não é o ponto. O recurso já estar em caixa não caracteriza falta de transparência. Não existe nenhuma irregularidade nisso.

O que se faz é definir o modelo de aplicação desse recurso. Em seguida, ocorre o processo licitatório e, depois, a execução das obras. É após essa etapa executória que se consolida a transparência do processo.

Neste momento, a transparência está justamente na escolha da instituição financeira, avaliando qual apresentou a menor taxa de juros.

O prefeito Abílio optou por um processo em que cada instituição apresentasse sua proposta, sendo encaminhada para análise apenas aquela com menor custo.

Tudo isso faz parte do processo de transparência, e os vereadores têm conhecimento dessa dinâmica.

COPopular - Presidente, qual é o trâmite previsto após a aprovação da Câmara? Depois disso, com a aprovação do banco e a abertura do processo de licitação, ainda há tempo hábil para formalizar esse acordo e executar as etapas necessárias dentro do prazo?

Ananias Filho - Eu acredito que o processo administrativo deve ser concluído ainda neste ano, com a formalização de todas as etapas necessárias.

Quanto à obra em si, há a questão do período chuvoso, o que exige cautela. Nesse momento, é preciso avaliar a

quantidade de chuva que pode ocorrer no fim do ano para definir o início adequado da execução.

Não é viável iniciar obras de grande porte durante chuvas intensas, pois isso compromete a aplicação dos recursos e a qualidade do serviço. O prefeito Abílio não pretende seguir esse caminho.

A execução das obras neste momento é considerada difícil justamente por conta da imprevisibilidade do período chuvoso, que pode afetar etapas como movimentação de terra, base e sub-base.

Por isso, a ideia é aguardar o momento mais adequado. Assim que houver condições ideais, a gestão pretende acelerar todo o processo para dar início às obras.

COPopular - Seguindo esse cronograma que o senhor citou e a promessa do prefeito, isso significa que os contribuintes desses bairros contemplados poderão ficar mais de um ano sem pagar IPTU enquanto aguardam a execução e conclusão das obras?

Ananias Filhos - Sem pagar IPTU. Isso já está previsto para ser implementado e já se encontra em fase de execução dentro do planejamento da gestão.

COPopular - Vereadora Baixinha critica o plano diretor, afirmando que ele pode excluir a população mais pobre. Diante desses apontamentos, há possibilidade de o projeto ser revisito ou modificado antes da aprovação final?

Ananias Filho - Iniciou-se na Câmara Municipal a discussão sobre o plano diretor. Nesse contexto, não vejo

qualquer forma de exclusão de regiões ou da população mais pobre.

Se não fizermos um plano diretor que contemple todos os segmentos do município, ele deixa de cumprir sua função. O plano diretor é justamente o principal instrumento de planejamento de uma cidade, onde se definem áreas de expansão, zonas de desenvolvimento e todas as normas que orientam investimentos e o crescimento urbano.

Portanto, não há como deixar ninguém de fora no sentido de planejamento, porque todos estão inseridos no território do município. Isso faz parte do debate.

A vereadora tem uma atuação firme na defesa da sua região, e isso é legítimo, é preciso reconhecer esse papel. No entanto, também não podemos permitir que o debate seja conduzido de forma equivocada ou distorcida.

As discussões precisam ocorrer dentro do ambiente adequado, que é o próprio plano diretor em análise, com todos os atores envolvidos contribuindo com sugestões e apontamentos. O Legislativo tem justamente essa função: caso haja falhas ou pontos não contemplados pelo Executivo, eles podem ser corrigidos por meio de emendas.

Esse é o processo legislativo: apresentação da proposta, envio à Câmara, debate, apresentação de emendas, nova discussão e votação com quórum adequado. É assim que se constrói uma decisão coletiva.

Nada é feito de forma atropelada. Há todo um rito institucional que garante a participação e o debate necessário, e esse espaço é justamente a Câmara Municipal.

O prefeito não está impondo nada por decreto. O que está sendo feito é o encaminhamento de um projeto para

discussão e aprovação de um novo plano diretor.

COPopular - Presidente, qual é a situação atual do vereador e presidente da Câmara de Barra do Bugres, Laércio Noberto Júnior, após sua prisão e afastamento do cargo em meio às acusações de agressão contra a namorada?

Ananias Filho - Nós já tínhamos tomado a decisão de afastá-lo preventivamente e abrimos um processo administrativo dentro do partido para que ele possa exercer o direito de defesa.

Se você consultar o TRE, já consta também uma suspensão preventiva relacionada ao partido.

Na minha avaliação, se houver comprovação dos fatos, ele não apenas pode, como deve ser expulso. Ele não pode permanecer na legenda nessas condições.

COPopular - A expulsão do partido não implica automaticamente na perda do mandato, que depende de decisão da Câmara Municipal ou da Justiça Eleitoral. Nesse caso, como fica a situação do mandato do vereador, ele pode ser mantido ou acaba retornando ao partido e sendo ocupado pelo suplente?

Ananias Filho - A Justiça, no caso de expulsão, não retira o mandato de forma imediata para o partido. Esse já é um outro debate, que cabe à Câmara Municipal.

A perda ou a extinção do mandato não é automática pela decisão partidária; isso é uma competência da Câmara Municipal ou da Justiça Eleitoral, conforme o caso.

A expulsão do partido não implica diretamente na cassação do mandato.

O mandato, nesses casos, segue o que determina a legislação e pode retornar à legenda, dependendo da situação.

No caso específico, o suplente que assumiria seria o vereador Tanaka.

“ Falas reforçam posição rígida da legenda em casos de possíveis irregularidades ”

INCENTIVO AO ESPORTE

REDAÇÃO

Com apoio do Governo, tenista de MT disputa torneios na Europa e se prepara para Roland Garros

Atleta de 17 anos disputará torneios na Alemanha, Itália e Bélgica antes de competir em Roland Garros Junior



O governador Otaiviano Pivetta recebeu, nesta quarta-feira (28), no Palácio Paiaguás, em Cuiabá, o jovem tenista mato-grossense Leonardo Storck, de 17 anos, que se prepara para uma sequência de competições na Europa. O atleta vai disputar torneios importantes do circuito juvenil internacional, incluindo a tradicional etapa de Roland Garros Junior, em Paris, com apoio do Governo de Mato Grosso por meio da Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer (Secel), que viabilizou o custeio de passagens aéreas.

Durante o encontro, o governador destacou o orgulho em ver um atleta do estado alcançando

destaque internacional e reforçou a importância do investimento público no esporte de alto rendimento. “Você é motivo de orgulho para Mato Grosso. Deus te abençoe, que siga sendo o melhor nesse esporte que escolheu. É uma grande responsabilidade, e é um orgulho fazer parte disso. Você é um exemplo para muitos”, afirmou Pivetta ao jovem tenista, ressaltando o papel inspirador de atletas que levam o nome do estado para competições fora do país.

A reunião também contou com a presença do secretário de Estado de Cultura, Esporte e Lazer, David Moura, que detalhou o apoio logístico oferecido pelo governo ao atleta. Se-

gundo ele, a iniciativa busca garantir que jovens talentos possam competir em igualdade de condições com atletas de outros países, reduzindo barreiras financeiras que muitas vezes limitam carreiras promissoras no esporte. “O apoio permite que atletas como o Leonardo sigam competindo em alto nível e representando o Estado. Acompanhamos desde o início a história dele, sabemos do esforço, e é um privilégio poder contribuir com isso”, afirmou o secretário.

Leonardo Storck, que já é considerado uma das principais promessas do tênis brasileiro na categoria juvenil, agradeceu o suporte recebido e co-

mentou sobre a intensa rotina de viagens e competições que terá nas próximas semanas. O atleta embarca ainda nesta quinta-feira (29) para a Europa, onde inicia sua participação em torneios preparatórios antes de chegar ao principal desafio da temporada.

“Estou indo para a Europa nesta quinta-feira. Primeiro jogo na Alemanha, depois tenho mais dois torneios na Itália. Ainda tem uma terceira semana que pode ter competição na Bélgica ou treino. Depois sigo para Roland Garros. Esse apoio do Estado faz muita diferença e eu sou grato por isso”, declarou o jovem tenista, destacando a im-

portância do incentivo público para viabilizar sua participação no circuito internacional.

A trajetória recente de Leonardo tem chamado atenção no cenário esportivo. No último dia 19 de abril, ele conquistou o título da chave masculina do Roland Garros Junior Series, disputado em São Paulo, após vencer o colombiano Juan Miguel Bolívar por 2 sets a 1. A vitória garantiu ao atleta a classificação para o torneio juvenil de Roland Garros, um dos mais tradicionais do tênis mundial, que será realizado em Paris, no fim de maio.

O resultado reforça o momento positivo do atleta mato-grossense, que vem acumulando bons desempenhos e consolidando sua presença entre os principais nomes da categoria sub-18. A competição em Roland Garros é considerada uma das mais importantes do calendário juvenil, por ser disputada nas mesmas instalações do Grand Slam francês e reunir atletas de diversos países em fase de transição para o circuito profissional.

O apoio do Governo de Mato Grosso, por meio da Secel, integra uma política de incentivo ao esporte que busca apoiar atletas de diferentes modalidades em competições nacionais e internacionais. O objetivo é ampliar a presença de representantes do estado em eventos de alto rendimento e fortalecer o desenvolvimento esportivo desde as cate-

gorias de base.

No caso de Leonardo Storck, o investimento garante não apenas a participação em torneios, mas também a possibilidade de acumular experiência internacional em um momento decisivo de formação esportiva. A sequência de competições na Europa será fundamental para sua preparação antes de Roland Garros, onde o atleta terá a oportunidade de enfrentar alguns dos melhores jovens tenistas do mundo.

Durante a visita ao Palácio Paiaguás, o clima foi de reconhecimento e incentivo. Autoridades estaduais destacaram a importância de histórias como a de Leonardo para inspirar novos talentos no esporte mato-grossense, especialmente em modalidades que exigem alto custo de preparação e deslocamento.

A expectativa agora é acompanhar o desempenho do atleta na temporada europeia, que pode consolidar ainda mais seu nome no cenário internacional do tênis juvenil. Caso mantenha o bom desempenho, Leonardo chega a Roland Garros como um dos representantes brasileiros com maior destaque na categoria, carregando não apenas o sonho pessoal de avançar no esporte, mas também a responsabilidade de representar Mato Grosso em uma das competições mais prestigiadas do mundo.

DE UM MILHÃO DE ACESSOS

www.copopular.com.br

CENTRO OESTE
Popular 26 ANOS

“NÃO PODEMOS APROVAR”

LUCAS LEITE

Vereadora Maysa Leão cobra mais debate sobre mudanças em escala de servidores e empréstimo municipal

Parlamentar faz críticas à gestão municipal e estadual e pede mais responsabilidade na aprovação de projetos

A vereadora Maysa Leão defendeu que a Câmara Municipal de Cuiabá acompanhe com mais rigor as propostas do Executivo que impactam diretamente os servidores públicos, especialmente no que diz respeito à possível mudança na escala de plantões. Em entrevista, ela afirmou que a Casa precisa evitar decisões apressadas e garantir mais debate antes de qualquer votação.

“A gente vai acompanhar com muita atenção, porque teve o debate da insalubridade há pouquíssimo tempo, um debate amplo, discutido com todos, e ainda assim a lei aprovada não foi a ideal”, afirmou. Segundo ela, o processo legislativo recente deixou lacunas importantes. “Ficaram de fora as mães em licença maternidade e pessoas com doenças crônicas, como câncer. Então a gente pretende barrar qualquer afogadilho”, completou.

Maysa disse ainda que não pretende aceitar a tramitação em regime de urgência de novas mudanças que afetem a categoria. “Nós não podemos aprovar uma lei e depois dizer que ela veio errada, que foi feita em cima da hora. O nosso papel aqui vai ser, pelo menos o meu, de não permitir que isso seja aprovado em regime de urgência”, declarou. Para ela, o caminho correto é ouvir novamente os servidores antes de qualquer decisão. “A gente quer ouvir mais uma vez a categoria para que possamos aprovar uma lei justa para o servidor”, reforçou.

Outro ponto central foi a crítica da vereadora ao novo pedido de empréstimo da Prefeitura de Cuiabá, comandada pelo prefeito Abílio Brunini. Maysa classificou a proposta como incoerente e questionou a condução da política financeira do município. “Eu penso que esse empréstimo é mais uma incoerência do prefeito Abílio”, afirmou.

Ela lembrou que já havia se posicionado contra um financiamento anterior. “Ele teve a oportunidade de ficar com um empréstimo de 139 milhões, ao qual eu votei contra porque não tinha estudos e nem planejamento do que seria feito com aquele dinheiro”, disse. Maysa também criticou a mudança de posição da gestão municipal. “Ele assume dizendo que Cuiabá tem orçamento, que basta não roubar para executar, e agora vem com um novo empréstimo depois de revogar o anterior. Isso é incoerente”, avaliou.

A vereadora ainda cobrou transparência sobre recursos já previstos no orçamento. “Existem muitas verbas que não foram explicadas. Onde estão as emendas impositivas que não foram pagas? Onde estão, por exemplo, os recursos que eu destinei para saúde mental?”, questionou. Para ela, antes de aprovar novos financiamentos, a Prefeitura precisa dar respostas sobre a execução do orçamento atual. “Se ele não consegue explicar o que entra na LOA, por que agora é conveniente pedir um novo empréstimo?”, comple-

tou.

Maysa também criticou a falta de planejamento da gestão. “Os estudos que foram apresentados são inconsistentes. E nós nem temos Plano Diretor aprovado. Se isso mudar, o empréstimo pode perder completamente o sentido”, afirmou. Ela ainda questionou a pressa do Executivo em aprovar a proposta. “Para que essa urgência por dinheiro?”, disse.

A parlamentar também comentou a situação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e o debate sobre possíveis mudanças na sua gestão em Mato Grosso. Para ela, houve falha de comunicação por parte do governo estadual. “Eu acredito que o posicionamento do governador foi precoce. Ele falou de extinção, mas depois passou a falar em integração. Isso precisa ficar claro para a população”, afirmou.

Maysa reforçou que não é contra mudanças, mas sim contra o enfraquecimento do serviço. “Eu sou contra a extinção do SAMU como serviço de saúde pública. E também sou contra essa polarização entre SAMU e Bombeiros”, disse. Ela destacou ainda que ambos os serviços são complementares. “Quem perde é o povo. Não precisa chamar um de incompetente para defender o outro”, completou.

A vereadora também apontou a necessidade de investimentos na estrutura do SAMU. “O SAMU da Baixada Cuiabana está sucateado e



precisa de investimentos. Esses recursos podem vir do Ministério da Saúde, dos nossos impostos”, explicou. Para ela, a solução passa por diálogo e organização administrativa. “Não é extinção, é integração com responsabilidade”, afirmou.

Sobre a segurança pública e propostas de armamento de mulheres vítimas de violência, Maysa fez críticas à ideia. “Eu vejo que o prefeito está descolado da realidade. Um iPhone 17 pode ser um artigo de luxo para ele, mas para muitas mulheres é o aluguel do ano”, disse.

Ela defendeu políticas de proteção em vez de incen-

tivo ao armamento. “O que a gente precisa é fazer com que a segurança pública funcione, que a Casa da Mulher Brasileira seja entregue, que a rede de proteção funcione de verdade”, afirmou. Maysa também criticou a ideia de responsabilizar a vítima. “Não dá para dizer para uma mulher: se ele vier te matar, mate primeiro. Isso é estimular uma barbárie”, disse.

No campo político, a vereadora comentou sua situação dentro do partido e o cenário eleitoral. Ela reconheceu dificuldades, mas disse que segue trabalhando. “A composição da chapa virou uma chapa pesada. Fiquei chateada com al-

gumas decisões internas, mas sigo trabalhando”, afirmou.

Maysa disse que tem apostado no contato direto com a população. “Fiz uma caravana da inclusão no norte do estado e fui muito bem acolhida. Isso me mostra que preciso continuar lutando com as próprias pernas”, declarou. Segundo ela, não há garantia de vitória, mas há disposição para disputar. “Eleição não se ganha, se disputa”, completou.

A vereadora reforçou sua defesa por independência entre os poderes e cautela em mudanças no regimento interno da Câmara. “A gente precisa preservar a autonomia do Legislativo.

MT.GOV.BR govmatogrosso

ACREDITE.

Não foi só um empurrão, foi agressão.

Não ignore. Se percebeu a violência, denuncie.

DISQUE 180
TOLERÂNCIA ZERO
NO COMBATE À VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER



Governo de Mato Grosso

VOTAÇÃO HISTÓRICA

REDAÇÃO

Rejeição de indicado de Lula ao STF gera reações opostas entre senadores de Mato Grosso

Episódio marca primeira rejeição em mais de um século e amplia tensão entre Executivo e Legislativo



A rejeição do nome do advogado-geral da União Jorge Messias para o Supremo Tribunal Federal expôs um cenário de tensão política e revelou, de forma clara, o grau de divisão dentro do próprio Congresso Nacional. Mais do que um episódio isolado, a decisão do Senado reacende debates sobre a relação entre os Poderes e evidencia o ambiente de disputa que antecede o ciclo eleitoral de 2026.

Indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Messias não conseguiu reunir apoio suficiente para assumir uma cadeira na Suprema Corte. O placar final, 42 votos contrários e 34 favoráveis, não apenas barrou a indicação, como também entrou para a história política do país. Trata-se da primeira vez, desde o século XIX, que o Senado rejeita formalmente um nome indicado por um presidente da República para o STF.

O resultado, no entanto, foi apenas o ponto de partida de uma

série de reações políticas. Em Mato Grosso, os três senadores do estado adotaram posições completamente diferentes, refletindo não só divergências ideológicas, mas também estratégias políticas distintas.

O senador Wellington Fagundes (PL) foi direto ao interpretar o episódio como um sinal de desgaste do governo federal. Para ele, a rejeição não se resume à análise de um nome, mas representa um recado político mais amplo. Em sua leitura, o Senado reagiu a um conjunto de fatores acumulados, como a condução do governo, a demora na formalização da indicação e o ambiente de críticas que envolve a gestão federal.

A avaliação de Fagundes dialoga com setores da oposição, que enxergam o episódio como uma demonstração de perda de força política do Executivo. Ao destacar o caráter histórico da votação, o senador reforça a ideia de que o cenário atual rompe padrões e pode indicar uma mu-

dança na relação entre o Palácio do Planalto e o Congresso.

Já o senador Jayme Campos (União Brasil) adotou um discurso mais institucional, embora igualmente crítico. Para ele, o episódio marca uma afirmação do papel do Senado como órgão independente. Em vez de focar exclusivamente no governo, Jayme destacou a importância do Legislativo exercer sua função de análise e decisão, sem se limitar a validar indicações presidenciais.

Na visão dele, o resultado fortalece o sistema democrático ao demonstrar que há equilíbrio entre os Poderes. A fala do senador se alinha a uma corrente que defende maior protagonismo do Congresso, especialmente em temas sensíveis como a composição do STF.

Por outro lado, o senador Carlos Fávaro (PSD) apresentou uma leitura oposta. Integrante da base governista, ele lamentou a rejeição e apontou que a decisão vai além da esfera políti-

ca. Para Fávaro, o resultado também representa um impacto simbólico sobre grupos da sociedade que viam na indicação uma forma de representação.

Ao mencionar a comunidade cristã, o senador trouxe para o debate um elemento que tem ganhado cada vez mais espaço na política brasileira: a relação entre fé e decisões institucionais. A interpretação, no entanto, não é consenso e evidencia como o episódio foi apropriado por diferentes narrativas.

A divisão entre os três senadores de Mato Grosso ilustra, em escala local, o cenário nacional. De um lado, parlamentares que interpretam a rejeição como vitória política e demonstração de força do Legislativo; de outro, aqueles que veem o resultado como derrota do governo e sinal de dificuldades na articulação política.

Além das reações imediatas, o episódio levanta questionamentos sobre os bastidores da votação. A indicação de

Jorge Messias enfrentou resistências desde o início, tanto por seu perfil quanto por sua atuação à frente da Advocacia-Geral da União. Considerado um nome próximo ao presidente Lula, ele carregava o peso político de representar diretamente o governo dentro da Suprema Corte.

Outro fator que influenciou o resultado foi o timing da indicação. Embora anunciada meses antes, a formalização no Senado ocorreu tardiamente, reduzindo o tempo para negociação. Em um ambiente político fragmentado, a construção de maioria exige articulação intensa — algo que, segundo analistas, não ocorreu de forma suficiente nesse caso.

A vaga que seria ocupada por Messias foi aberta após a saída do ministro Luís Roberto Barroso, que deixou o cargo em 2025. Desde então, o governo buscava um nome que unisse confiança política e aceitação no Senado. A rejeição indica que esse equilíbrio não foi alcançado.

Do ponto de vista institucional, a decisão reacende o debate sobre o papel do Senado na escolha de ministros do STF. Embora a Constituição preveja a necessidade de aprovação, na prática, o processo vinha sendo tratado como uma formalidade. O episódio atual rompe essa lógica e pode inaugurar uma nova fase, na qual indicações presidenciais enfrentem maior escrutínio.

Há também impactos diretos para o governo federal. A necessidade de indicar um novo nome abre espaço para reavaliação de critérios e estratégias. O próximo indicado deverá não apenas atender às expectativas do presidente, mas também ter capacidade

de diálogo com diferentes correntes políticas no Senado.

No campo político, a rejeição tende a influenciar as relações entre Executivo e Legislativo. A depender da forma como o governo conduzir as próximas articulações, o episódio pode gerar tanto desgaste quanto oportunidade de reconstrução de alianças.

Outro ponto relevante é o efeito sobre o ambiente pré-eleitoral. Com as eleições de 2026 no horizonte, decisões como essa passam a ser interpretadas também sob a ótica da disputa política. Parlamentares se posicionam não apenas em função do mérito da indicação, mas também considerando seus eleitores e alianças.

Nesse contexto, a votação que barrou Jorge Messias deixa de ser apenas um episódio institucional e passa a integrar um cenário mais amplo de rearranjos políticos. A leitura do resultado varia conforme o posicionamento de cada grupo, mas há consenso de que o impacto vai além da vaga no STF.

A expectativa agora se volta para os próximos passos do governo. A escolha de um novo nome deverá levar em conta as lições deixadas pela rejeição: necessidade de diálogo prévio, construção de apoio e avaliação do cenário político.

Enquanto isso, o Supremo Tribunal Federal segue com uma cadeira vaga, e o Senado reafirma seu papel como protagonista em decisões de grande relevância nacional. O episódio, histórico por si só, pode marcar o início de uma nova dinâmica nas relações entre os Poderes, mais imprevisível, mais disputada e, possivelmente, mais politizada.

+ 1 milhão de leitores/mês

Centro Oeste
Jornal Popular

É notícia, investigação e exclusividade.

copopular.com.br (65) 3052-6030



milas
DE COMUNICAÇÃO

Ser o primeiro a descobrir a notícia faz a diferença.

AnotíciaMT
.COM.BR

tangara

ARTICULAÇÃO POLÍTICA | REDAÇÃO

Grupo do governo negocia apoio do PL e possível mudança na disputa ao governo de Mato Grosso

Bastidores apontam discussão sobre retirada de candidatura e formação de chapa competitiva



A pouco mais de dois anos das eleições de 2026, os bastidores da política em Mato Grosso já registram movimentos intensos de articulação e reposicionamento de forças. Um encontro realizado, em Cuiabá, exemplifica esse cenário. A reunião reuniu o governador em exercício Otaviano Pivetta (Republicanos), o ex-governador Mauro Mendes (União Brasil) e o presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, e teve como pano de fundo a tentativa de aproximação entre o grupo que hoje ocupa o comando do Estado e lideranças ligadas ao bolsonarismo.

Mais do que um encontro protocolar, a reunião teve caráter estratégico e sinaliza uma possível reconfiguração do cenário eleitoral mato-grossense. O diálogo ocorre em meio a um ambiente de indefinições e disputas internas, no qual diferentes lideranças buscam consolidar espaço e viabilizar candidaturas competitivas tanto ao Governo do Estado quanto ao Senado.

Nos bastidores, a principal proposta discutida gira em torno da construção de uma

aliança que unifique forças hoje dispersas. De um lado, o grupo ligado à atual gestão estadual; de outro, o PL, partido que abriga nomes com forte influência no eleitorado conservador.

A ideia central seria formar uma composição capaz de ampliar a base eleitoral e reduzir a fragmentação na disputa.

Dentro dessa lógica, um dos caminhos avaliados seria o apoio à candidatura do deputado federal José Medeiros (PL) ao Senado. O parlamentar é visto como um nome alinhado ao campo bolsonarista e com potencial de agregar votos em uma eventual chapa majoritária.

No entanto, a possível construção dessa aliança esbarra em um ponto delicado: a pré-candidatura do senador Wellington Fagundes (PL) ao Governo do Estado. Fagundes já se colocou como postulante ao cargo e conta com apoio dentro do próprio partido, o que torna qualquer tentativa de retirada de sua candidatura um processo politicamente sensível.

A discussão, portanto, envolve não apenas a definição de

nomes, mas também a necessidade de acomodar interesses divergentes dentro da mesma legenda. Interlocutores apontam que a permanência ou não de Fagundes na disputa será decisiva para o avanço ou não de uma aliança mais ampla.

Outro aspecto relevante do encontro diz respeito ao cenário nacional. O Republicanos, partido de Pivetta, tem adotado uma estratégia que busca alinhamento com o PL em diferentes estados. Nesse contexto, o nome do senador Flávio Bolsonaro surge como peça central em uma possível articulação para a disputa presidencial.

A lógica desse movimento envolve uma espécie de “troca de apoios”: o Republicanos sinalizaria apoio em nível nacional, enquanto o PL retribuiria com alianças regionais em estados considerados estratégicos. Mato Grosso, nesse cenário, aparece como um dos pontos-chave dessa negociação.

Durante a reunião, segundo relatos de bastidores, Valdemar Costa Neto adotou uma postura cautelosa. O dirigente teria destacado que qual-

quer decisão precisa passar por um debate mais amplo dentro do partido e envolver outras lideranças nacionais. A fala indica que, apesar do interesse na construção de alianças, o PL ainda não fechou questão sobre o formato da disputa em Mato Grosso.

Para tentar avançar nas tratativas, o grupo ligado ao governo estadual também teria apresentado alternativas para acomodar o senador Wellington Fagundes. Entre elas, a possibilidade de apoio futuro em outras disputas, como forma de manter o alinhamento político mesmo em caso de mudança no cenário de 2026.

Paralelamente às conversas políticas, dados de pesquisas também têm influenciado as decisões. Antes da reunião, foi realizada uma sondagem qualitativa para avaliar diferentes cenários eleitorais. Um dos resultados que chamou atenção foi o desempenho de uma possível chapa formada por Pivetta, Mauro Mendes e José Medeiros.

Segundo fontes ouvidas pela reportagem, essa composição teria apresentado boa acei-

tação entre os entrevistados, sendo considerada competitiva e com potencial de vitória ainda no primeiro turno. Esse dado reforçou o interesse do grupo em avançar na construção de uma aliança com o PL.

Apesar disso, o cenário está longe de uma definição. A política mato-grossense, tradicionalmente marcada por alianças dinâmicas, ainda deve passar por novas mudanças até o período eleitoral. Lideranças avaliam pesquisas, testam nomes e buscam composições que equilibrem viabilidade eleitoral e interesses partidários.

A aproximação com o campo bolsonarista, por exemplo, não é um movimento recente. Desde 2025, representantes do governo estadual vêm intensificando o diálogo com lideranças ligadas ao ex-presidente Jair Bolsonaro. Essas conversas incluem reuniões, eventos e articulações que buscam construir uma base comum para a próxima eleição.

Ainda assim, a consolidação de uma aliança depende de fatores que vão além da vontade política. Questões como a defi-

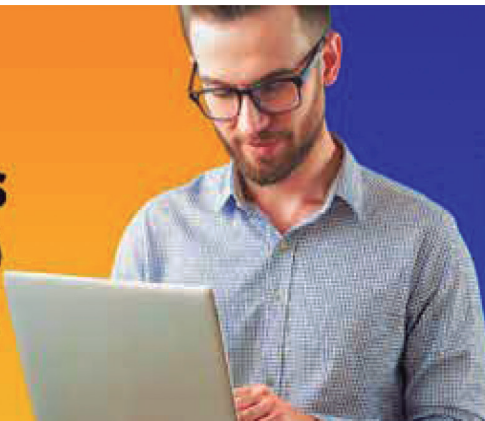
nição de candidaturas, a divisão de espaço entre partidos e a aceitação do eleitorado serão determinantes para o desfecho dessas negociações.

Enquanto isso, o senador Wellington Fagundes segue como peça central no tabuleiro político. Sua decisão sobre manter ou não a pré-candidatura ao governo pode alterar significativamente o rumo das articulações. Até o momento, aliados indicam que ele permanece firme na disputa, o que mantém o cenário aberto.

Sem anúncios oficiais e com tratativas ainda em andamento, o encontro em Cuiabá representa mais um passo dentro de um processo maior de reorganização política. As conversas devem continuar nos próximos meses, com novos encontros e ajustes de estratégia.

O que já é possível afirmar é que a disputa de 2026 em Mato Grosso tende a ser marcada por alianças amplas, negociações intensas e um cenário altamente competitivo. Até lá, os bastidores seguirão sendo o principal espaço de definição dos rumos políticos no estado.

UM MILHÃO/MÊS
DE ACESSOS



CENTRO OESTE
Popular 26 ANOS

WWW.COPOPULAR.COM.BR

APÓS ESCÂNDALO | REDAÇÃO

Presidente da Câmara reforça: cada parlamentar responde por seus atos

Operação reacende discussão sobre transparência na destinação de emendas

A presidente da Câmara Municipal de Cuiabá, Paula Calil (PL), afirmou nesta quarta-feira (30) que a operação conduzida pelo Ministério Público de Mato Grosso não tem como alvo institucional o Legislativo municipal, mas sim condutas individuais de parlamentares investigados.

A declaração foi dada durante coletiva de imprensa, em meio à repercussão da ação que mobilizou equipes de investigação e resultou na apreensão de valores em dinheiro. A operação atinge diretamente o vereador Cezinha do Nascimento (União Brasil) e o deputado estadual Elizeu Nascimento (Novo). As apurações estão sendo conduzidas pelo Núcleo de Ações de Competência Originária e pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado, estruturas do Ministério Público especializadas em investigações envolvendo autoridades com foro privilegiado e no enfrentamento ao crime organizado. Segundo informações preliminares divulgadas pelos órgãos de investigação, a operação busca esclarecer suspeitas relacionadas a repasses de recursos públicos destinados ao Instituto Social Mato-Grossense e ao Instituto Brasil Central.

Durante o cumprimen-



to dos mandados, foram apreendidos aproximadamente R\$ 200 mil em espécie, sendo R\$ 150 mil encontrados na residência do deputado estadual e R\$ 50 mil em posse do vereador. Em sua fala, Paula Calil enfatizou que a Câmara Municipal não integra o polo investigado e destacou que a responsabilidade por eventuais irregularidades recai sobre os indivíduos, e não sobre a instituição. “A Câmara Municipal não é alvo da operação. O vereador tem a prerrogativa de indicar emendas, mas quem responde pelos atos

é o indivíduo. Cada um responde pelo seu CPF”, declarou.

A presidente também explicou o funcionamento do mecanismo de emendas parlamentares, frequentemente utilizado por vereadores e deputados para direcionar recursos a projetos e entidades. De acordo com ela, o papel do parlamentar limita-se à indicação orçamentária, cabendo ao Poder Executivo a análise técnica, aprovação e execução dos recursos. “A prefeitura é quem faz a verificação dos projetos e documentos. O vereador

indica, mas existe um processo técnico antes da liberação do recurso”, afirmou. A declaração busca reforçar a ideia de que há etapas administrativas que envolvem diferentes esferas de responsabilidade, o que, na avaliação da presidente, impede a generalização de eventuais irregularidades.

A operação em curso é considerada um desdobramento da Operação Gorjeta, que anteriormente teve como foco o vereador Chico 2000. Esse contexto amplia o alcance das investigações e reforça o ambiente de atenção sobre a atuação de parlamentares na destinação de recursos públicos. Questionada sobre os possíveis impactos políticos da operação, Paula reconheceu que a exposição de agentes públicos pode gerar desgaste à imagem do Legislativo municipal. Ainda assim, procurou separar as investigações em curso do funcionamento regular da Câmara. “É claro que qualquer investigação envolvendo parlamentares traz repercussão e pode gerar desgaste institucional. No entanto, precisamos ter responsabilidade e aguardar a conclusão dos fatos antes de fazer julgamentos precipitados”, pontuou.

Ela também defendeu a importância das emendas parlamentares como instrumento legítimo de atendimento às demandas da população. Segundo a presidente, o mecanismo permite que representantes eleitos direcionem recursos para áreas prioritárias, como saúde, educação e assistência social, especialmente em comunidades que enfrentam carência de investimentos. “As emendas são importantes para atender demandas da população. Não podemos marginalizar esse mecanismo por conta de investigações em andamento”, afirmou. Para ela, é necessário distinguir entre possíveis desvios individuais e a utilidade do instrumento em si. Especialistas em gestão pública ouvidos em situações semelhantes costumam destacar que o uso de emendas parlamentares exige transparência e controle rigoroso, tanto por parte dos órgãos de fiscalização quanto da sociedade. A correta aplicação dos recursos depende da articulação entre Legislativo e Executivo, além do acompanhamento técnico e jurídico dos projetos beneficiados. No caso específico da operação em Mato Grosso, o Ministério Público ain-

da não divulgou detalhes aprofundados sobre as suspeitas, limitando-se a informar que as investigações seguem em andamento. Os alvos da operação, por sua vez, têm direito à ampla defesa e ao contraditório, conforme previsto na legislação brasileira.

A repercussão do caso também levanta debates sobre governança, integridade e a necessidade de mecanismos mais robustos de fiscalização na aplicação de recursos públicos. Em cenários de investigação, é comum que instituições busquem reafirmar seus compromissos com a legalidade e a transparência, como fez a presidência da Câmara de Cuiabá. Enquanto as apurações avançam, o cenário político local permanece sob atenção, com possíveis desdobramentos que podem impactar tanto a atuação parlamentar quanto a percepção pública sobre a gestão de recursos. A expectativa é que, ao final do processo investigativo, os fatos sejam esclarecidos e eventuais responsabilidades devidamente apuradas. Até lá, a Câmara Municipal segue operando normalmente, segundo sua presidente, que reiterou o compromisso da instituição com a legalidade e o respeito às investigações.



**GARANTA
DESCONTOS
COM O
NOTA MT**

ATÉ 5%
de desconto
À VISTA

**OU em até
8X
SEM JUROS**

**EMITA SUA GUIA
SEFAZ.MT.GOV.BR**



EVITE GOLPES
VALIDE SEU BOLETO OU PIX PELO
WHATSAPP DA SEFAZ (65) 4042-9298



**Governo de
Mato
Grosso**

mt.gov.br govmatogrosso